

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023
(Da Sra. FLÁVIA MORAIS)

Requer informações ao Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Casa Civil informações atuais acerca das obras paralisadas e inacabadas nas quais tenha havido investimento de recursos federais.

Solicita-se que esse levantamento indique, no mínimo:

- a) o estágio em que se encontra a obra;
- b) se a obra está paralisada ou inacabada;
- c) os valores investidos;
- d) o motivo da paralisação ou do inacabamento;
- e) as medidas adotadas para sanar o problema;
- f) o órgão ou diretoria específica que está cuidando desse tema no governo federal e, se possível, a indicação do servidor responsável por tal atribuição.

JUSTIFICAÇÃO

É de conhecimento público que a paralisação e o inacabamento de obras públicas representam um problema significativo em todo o território nacional. Esse problema não só representa um desperdício de



recursos financeiros, mas também implica em graves prejuízos sociais e econômicos para a população brasileira.

Considerando que o princípio da eficiência é um dos fundamentos que devem nortear a atuação do Estado, é imprescindível que a ação governamental seja mais assertiva na minimização desse problema.

Nesse sentido, mostra-se imprescindível o presente requerimento de informações acerca das medidas adotadas pelo Ministério da Casa Civil para lidar com a situação das obras públicas paralisadas e inacabadas, tendo em vista o investimento bilionário de recursos federais já envolvido.

Busca-se com esta medida contribuir no que for necessário para que essas obras sejam finalizadas e entregues à população brasileira.

Sabe-se que a comunicação entre os poderes é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas.

Nesse sentido, pede-se o célere envio do presente requerimento de informações por escrito à autoridade destinatária, para que este parlamento possa adotar as medidas cabíveis com o fim de resguardar o interesse público, bem como os princípios que regem a administração pública.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada **FLÁVIA MORAIS**

